

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em seu caderno de provas, haja itens que demandem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1AAA

1 O tenente Antônio de Souza era um desses moços que se gabam de não crer em nada, que zombam das coisas mais sérias e que riem dos santos e dos milagres. Costumava dizer
4 que isso de almas do outro mundo era uma grande mentira, que só os tolos temem a lobisomem e feiticeiras. Jurava ser capaz de dormir uma noite inteira dentro do cemitério.

7 Eu não lhe podia ouvir tais leviandades em coisas medonhas e graves sem que o meu coração se apertasse, e um calafrio me corresse a espinha. Quando a gente se habitua a venerar os decretos da Providência, sob qualquer forma que se manifestem, quando a gente chega à idade avançada em que a lição da experiência demonstra a verdade do que os avós
10 viram e contaram, custa ouvir com paciência os sarcasmos com que os moços tentam ridicularizar as mais respeitáveis tradições, levados por uma vaidade tola, pelo desejo de parecerem espíritos fortes, como dizia o Dr. Rebelo. Peço sempre a Deus que me livre de semelhante tentação. Acredito no que vejo e no que me contam pessoas fidedignas, por mais
13 extraordinário que pareça. Sei que o poder do Criador é infinito e a arte do inimigo, vária.

Mas o tenente Souza pensava de modo contrário!

22 Apontava à lua com o dedo, deixava-se ficar deitado quando passava um enterro, não se benzia ouvindo o canto da mortalha, dormia sem camisa, ria-se do trovão! Alardeava
25 o ardente desejo de encontrar um curupira, um lobisomem ou uma feiticeira. Ficava impassível vendo cair uma estrela, e achava graça ao canto agoureiro do acauã, que tantas
28 desgraças ocasiona. Enfim, ao encontrar um agouro, sorria e passava tranquilamente sem tirar da boca o seu cachimbo de verdadeira espuma do mar.

Inglês de Sousa. A **feiticeira**. São Paulo: Ed. Difusão Cultural do Livro, 2008, p. 7-8 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto CB1A1AAA, julgue os itens seguintes.

- 1 A pouca idade do tenente Souza é apontada pelo narrador como a causa principal do seu comportamento zombeteiro, sarcástico e cheio de desdém pelas credices populares.
- 2 Para o narrador, as pessoas de idade avançada são pouco tolerantes para com os mais jovens e mais tolerantes em relação ao sobrenatural.
- 3 O tema central do texto é explorado pela perspectiva do conflito entre a crença nas tradições religiosas populares e o ceticismo em relação a elas.

Julgue os itens que se seguem, referentes aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA.

- 4 A supressão da vírgula empregada no trecho “a arte do inimigo, vária” (ℓ.20) prejudicaria o sentido original do texto.
- 5 O sentido original e a correção gramatical do texto seriam mantidos caso a oração “Peço sempre a Deus que me livre de semelhante tentação” (ℓ. 16 e 17) fosse reescrita da seguinte forma: Rogo-lhe constantemente que Deus me livre de semelhante tentação.
- 6 Na linha 5, a palavra “só” foi empregada no sentido de **sozinhos**.
- 7 Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso a partícula “se”, no trecho “Quando a gente se habitua a venerar os decretos da Providência” (ℓ. 9 e 10), fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “habitua”, escrevendo-se **habitua-se**.
- 8 No último parágrafo do texto, o emprego das formas verbais no pretérito imperfeito do indicativo indica que as ações do tenente Souza eram habituais. Tais hábitos acabam por caracterizar o personagem.
- 9 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, no trecho “só os tolos temem a lobisomem e feiticeiras” (ℓ.5), a preposição “a” poderia ser suprimida.

Texto CB1A1BBB

1 Estranhamente, governos estaduais cujas despesas
com o funcionalismo já alcançaram nível preocupante ou que
estouraram o limite de gastos com pessoal fixado pela
4 Lei Complementar n.º 101/2000, denominada Lei de
Responsabilidade Fiscal (LRF), estão elaborando sua própria
legislação destinada a assegurar, como alegam, maior rigor na
7 gestão de suas finanças. Querem uma nova lei de
responsabilidade fiscal para, segundo argumentam, fortalecer
a estrutura legal que protege o dinheiro público do mau uso por
10 gestores irresponsáveis.

Examinando-se a situação financeira dos estados que
preparam sua versão da lei de responsabilidade fiscal, fica
13 difícil aceitar a argumentação. Desde maio de 2000, quando
entrou em vigor a LRF, esses estados, como os demais, estão
sujeitos a regras precisas para a gestão do dinheiro público,
16 para a criação de despesas e, em particular, para os gastos com
pessoal. Por que, tendo descumprido algumas dessas regras,
estariam interessados em torná-las ainda mais rigorosas?

19 Não foi a lei que não funcionou, mas os responsáveis
pelo dinheiro público que, por alguma razão, não a cumpriram.
De que adiantaria, então, tornar a lei mais rigorosa, se nem nas
22 condições atuais esses responsáveis estão sendo capazes de
cumprí-la? O problema não está na lei. Mudá-la pode ser
o pretexto não para torná-la mais rigorosa, mas para
25 atribuir-lhe alguma flexibilidade que a desfigure. O verdadeiro
problema é a dificuldade do setor público de adaptar suas
despesas às receitas em queda por causa da crise.

Internet: <<http://opinioao.estadao.com.br>> (com adaptações).

A respeito das ideias do texto CB1A1BBB, julgue os itens a seguir.

10 Para o autor do texto, o descumprimento das normas da LRF
em alguns estados decorreu do fato de a própria lei ser pouco
clara em relação aos gastos públicos e também da incapacidade
dos gestores do dinheiro público de adaptar as contas estaduais
à realidade financeira do país.

11 Para o autor do texto, é um contrassenso a proposta de tornar
a LRF mais rigorosa.

12 De acordo com o texto, as normas da LRF dispõem
principalmente sobre gastos com pessoal, pois esse tipo de
gasto causa mais problemas para os responsáveis pela gestão
do dinheiro público.

13 Segundo o texto, o objetivo de se propor uma nova lei de
responsabilidade fiscal, mais rígida quanto à proteção do
dinheiro público, é desconfigurar a LRF.

Com relação aos aspectos linguísticos do texto CB1A1BBB, julgue
os seguintes itens.

14 Os sujeitos das orações “como alegam” (ℓ.6) e “segundo
argumentam” (ℓ.8) são indeterminados.

15 Na linha 13, a oração “aceitar a argumentação” funciona como
complemento do adjetivo “difícil”.

16 A construção “Não foi a lei que não funcionou” (ℓ.19) está
associada a uma interpretação de contraste, significando que
outro elemento — e não a lei — não funcionou.

17 O emprego do acento grave em “às receitas” (ℓ.27) decorre da
regência do verbo “adaptar” (ℓ.26) e da presença do artigo
definido feminino determinando o substantivo “receitas”.

18 O pronome “que” (ℓ.2) refere-se a “despesas” (ℓ.1).

Mem. 23/2013-TC

Brasília, 15 de março de 2016.

Assunto: Aquisição de novos computadores.

Cumprir-me informar que, nos termos do plano de estratégia
estabelecido na reunião do colegiado de fevereiro deste ano,
solicitamos a Vossa Senhoria a tomada de orçamentos para
a aquisição de novos equipamentos de informática para
o Departamento de Recursos Humanos.

As especificações dos computadores deverão ser obtidas junto
ao departamento de informática, e os orçamentos deverão ser
apresentados na próxima reunião.

Abraços,

Senhor João da Silva

A partir do memorando hipotético apresentado, julgue os itens que
se seguem com base nas normas do **Manual de Redação da
Presidência da República (MRPR)**.

19 O texto ficaria mais conciso, atendendo-se às normas
constantes no MRPR quanto às características da redação
oficial, caso se substituisse o trecho Cumprir-me informar que
por **Informo que**.

20 Infere-se que o emissor e o destinatário do memorando
apresentado ocupam cargo de mesma hierarquia, uma vez que
essa modalidade de comunicação oficial é utilizada para
estabelecer a comunicação entre unidades administrativas
hierarquicamente idênticas, de órgãos distintos.

21 A identificação do signatário do documento apresentado foi
feita de acordo com o disposto no MRPR, pois a menção ao
cargo é desnecessária em comunicações como o memorando.

22 O emprego de Abraços como fecho do documento apresentado
contraria as determinações do MRPR quanto às características
da redação oficial, especialmente no que se refere à
formalidade e à impessoalidade.

Acerca de função administrativa e atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 23 **Situação hipotética:** Um diretor de tribunal de contas editou ato administrativo com desvio de finalidade. Após correição, o vício foi detectado e comunicado ao presidente do tribunal. **Assertiva:** Nessa situação, o presidente poderá avocar para si a competência administrativa pertinente e convalidar o ato administrativo.
- 24 Em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público, o Estado somente poderá exercer sua função administrativa sob o regime de direito público.

A respeito dos agentes públicos e dos poderes da administração pública, julgue o item que se segue.

- 25 **Situação hipotética:** Um servidor do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA) foi demitido, mas, tendo conseguido anular judicialmente a penalidade administrativa, foi reintegrado aos quadros do tribunal. **Assertiva:** Nessa situação, nos termos da Lei Estadual n.º 5.810/1994, o presidente do TCE/PA terá trinta dias para dar posse ao servidor reintegrado, contados da ciência da decisão judicial.

Com relação à responsabilidade civil do Estado, aos serviços públicos e ao controle da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 26 A função fiscalizatória exercida pelos tribunais de contas dos estados constitui uma expressão de controle do Poder Legislativo sobre os atos da administração pública.
- 27 **Situação hipotética:** O motorista de determinado veículo particular, não tendo respeitado o sinal vermelho do semáforo, provocou a colisão entre o veículo que dirigia e um veículo oficial do TCE/PA que estava estacionado em local proibido. **Assertiva:** Nessa situação, o valor da indenização a ser paga pelo Estado será atenuado ante a existência de culpa concorrente, já que o Brasil adota a teoria da responsabilidade objetiva do tipo risco administrativo.
- 28 Os pareceres e as notas técnicas são expressões da fase do processo administrativo denominada fase dispositiva ou de julgamento.

No que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais e a servidores públicos, julgue os itens que se seguem conforme as disposições constantes da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 29 O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial condenatória transitada em julgado e mediante processo administrativo no qual lhe seja assegurada a ampla defesa.
- 30 A norma constitucional que consagra a liberdade de reunião é norma de eficácia contida, na medida em que pode sofrer restrição ou suspensão em períodos de estado de defesa ou de sítio, conforme previsão do próprio texto constitucional.

Acerca de processo legislativo e fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir, considerando as disposições constitucionais sobre o Poder Legislativo.

- 31 No âmbito do controle externo, estão sujeitas ao dever de prestar contas as pessoas físicas e as pessoas jurídicas que utilizem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos, desde que submetidas a regime de direito público.
- 32 Os tratados ou acordos internacionais firmados pelo presidente da República que impliquem compromissos gravosos ao patrimônio nacional somente terão validade se forem aprovados pelo Senado Federal, órgão ao qual compete, em caráter privativo, resolver definitivamente esses temas.
- 33 Projeto de lei rejeitado poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa se proposto pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Relativamente aos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item subsequente.

- 34 O direito de petição configura instrumento de controle administrativo: por meio dele, assegura-se a qualquer pessoa a defesa de direitos, individuais ou coletivos, bem como o direito de peticionar contra ilegalidade ou abuso de poder, perante autoridade administrativa competente de qualquer dos poderes constituídos.

Julgue os itens a seguir, acerca de controle da administração pública.

- 35 O órgão de controle administrativo que decidir pelo cancelamento de ato válido, em virtude de considerações de natureza administrativa, deverá realizá-lo por meio de ato de anulação.
- 36 O cidadão que ajuizar representação por ato de improbidade administrativa contra agente público que ele sabe ser inocente incorrerá em crime e estará sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais ou morais que houver provocado.
- 37 No caso de serviços públicos prestados por meio de contratos de concessão, os tribunais de contas têm competência constitucional para fiscalizar a atividade financeira e operacional das empresas concessionárias.
- 38 O controle exercido pelos tribunais de contas sobre as casas legislativas é considerado controle interno, haja vista a posição dos tribunais de contas no âmbito do Poder Legislativo.

Com relação às regras constitucionais e legais que regem o exercício do controle externo, julgue os itens que se seguem.

- 39 Será considerada definitiva decisão do TCE/PA que julgar regulares as contas de determinado gestor público.
- 40 Em respeito ao princípio da transparência, as denúncias e representações submetidas à apreciação do TCE/PA deverão ser de caráter público desde a sua apresentação.
- 41 A nomeação de alguém, por gestor público federal, para determinado cargo de provimento em comissão somente poderá ser considerada definitiva se o Tribunal de Contas da União apreciar, aprovar e registrar tal ato.
- 42 Em caso de ausência ou impedimento do presidente do TCE/PA, se o vice-presidente também estiver impedido, caberá ao corregedor do tribunal substituí-lo.

Com relação aos instrumentos de fiscalização da auditoria bem como ao seu planejamento e à sua execução, julgue os itens seguintes.

- 43** A circularização de contas a receber é um dos procedimentos mais adotados pelo auditor. O pedido de confirmação positivo consiste em solicitar que o credor responda somente quando a informação estiver correta.
- 44** O monitoramento, um instrumento de fiscalização previsto pelo TCU em seu regimento interno, é considerado essencial para assegurar a eficácia das decisões desse tribunal e os resultados delas decorrentes.
- 45** O nível aceitável de risco de detecção está diretamente relacionado com os riscos avaliados de distorção relevante no nível da afirmação. Desse modo, quanto menores forem os riscos de distorção relevante que o auditor pensa existir, menor será o risco de detecção que pode ser aceito.
- 46** A amostragem estatística, por permitir a generalização de evidências encontradas pelo auditor a partir de uma amostra da população examinada, é especialmente recomendada a situações em que os itens objetos do trabalho apresentam características marcadamente distintas.

Acerca dos achados de auditoria, julgue o próximo item.

- 47** Um achado de auditoria decorre da comparação entre uma situação encontrada e um padrão que se considera ideal ou desejável. A causa é a explicação possível para o desvio entre o critério referencial e a realidade constatada pelo auditor.

A respeito das prestações de contas e das normas fixadas pelo TCE/PA, julgue os itens subsequentes.

- 48** Estão sujeitas a prestação de contas as entidades privadas que receberem recursos à conta do orçamento estadual, a qualquer título, relativamente a esses valores.
- 49** No caso de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, não havendo débito, o responsável estará sujeito a multa calculada com base na unidade padrão fiscal do estado do Pará (UPFPA).
- 50** No caso de convênio de órgão da administração pública com entidade privada sem fins lucrativos, a prestação de contas abrangerá todo o exercício financeiro, dispensada sua remessa ao TCE/PA.

Espaço livre